

FERES JÚNIOR, João. (org.) **Léxico da História dos conceitos políticos do Brasil**. Belo Horizonte, MG: EDUFMG, 2009. 249p.

A história dos conceitos no Brasil: problemas, abordagens e discussões

Diogo da Silva Roiz¹

A história dos conceitos tem começado a apresentar seus primeiros frutos no Brasil. Com alguns trabalhos pioneiros de apropriação desta abordagem nos anos de 1990, seguiria na década seguinte com a tradução de obras fundamentais, como a de Reinhart Koselleck (1999, 2006), além de circunstanciar partes dos debates, com a publicação das obras: *História dos conceitos: debates e perspectivas*, em 2006, e *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*, no ano seguinte. Por certo, o empreendimento realizado por Marcelo Jasmin e João Feres Júnior não parou por aí. João Feres Júnior agora nos apresenta os primeiros resultados de um trabalho conjunto, com vistas a elaborar um léxico da história dos principais conceitos políticos utilizados no mundo ibero-americano, com destaque, no Brasil, em Portugal e na Espanha, entre 1750 e 1850. Não por acaso, seguindo aos mesmos procedimentos e indicações do projeto levado a cabo por Reinhart Koselleck, Otto Brunner e Werner Conze, que inovou a historiografia mundial e inspirou diversas iniciativas semelhantes em vários países, que foi a da edição dos *Conceitos Históricos Fundamentais. Léxico histórico da língua política e social na Alemanha* (a *Geschichtliche Grundbegriffe*), em nove volumes (editados entre 1972 e 1992) – infelizmente ainda não traduzida para o português –, que cobrem 120 conceitos (que surgiram ou sofreram mudanças fundamentais entre 1750 e 1850), em pouco mais de sete mil páginas.

Como salienta João Feres Júnior, o projeto em questão é muito menos ambicioso, mas nem por isso menos pertinente, que é o de realizar um estudo sistemático da história dos conceitos no mundo ibero-americano. O resultado inicial aqui apresentado, como indica o organizador, é parte do *Diccionario político y social iberoamericano: conceptos políticos en la*

¹ Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). diogosroiz@hotmail.com.

era de las independencias, 1750-1850, e que se encontrava em fase de publicação na Espanha. Convém ainda esclarecer que antes de ser publicado no Brasil, uma primeira versão dos textos foi publicada num dossiê dedicado a *História Conceptual no Mundo Luso-Brasileiro, 1750-1850*, da revista *Ler História*, em seu número 55, de 2008 (com uma pequena tiragem de mil exemplares, e de acesso restrito no Brasil). O dossiê seria apresentado por Javier Fernández Sebastián, num interessantíssimo artigo a respeito de ‘Algumas notas sobre História Conceptual e sobre a sua aplicação ao espaço Atlântico Ibero-Americano’ (2008, p. 5-16), no qual indicaria as principais questões que nortearam o projeto, de que maneira efetuaram a apropriação da história dos conceitos alemã, como dialogaram com outras tendências historiográficas e alguns dos resultados parciais que o projeto tinha alcançado até aquele momento – mas infelizmente o texto não seria reproduzido no livro publicado no Brasil, o que foi uma pena, pois, permitiria ao leitor brasileiro visualizar melhor as etapas do projeto. No texto ainda, o autor indica que “de forma distinta do trabalho dos lexicógrafos, a nossa aproximação histórico-conceptual não aspira de modo nenhum a fixar uma definição unívoca, e universalmente aceite pelos falantes de cada época, para cada termo sócio-político [analisado]”, visto que as fontes “mostram [...] que tais termos eram constantemente invocados de forma [polissêmica e] polémica por diferentes actores, e às vezes pelo mesmo autor, com significados e propósitos muito diversos”, pois, também havia “um amplo leque de usos e jogos de linguagem, parcialmente coincidentes, é certo, mas também parcialmente discrepantes e contraditórios” (2009, p. 9). Nesse aspecto, a proposta “propõe-se aplicar os métodos da história conceptual às sociedades hispano e luso falantes e aspira a transcender os marcos nacionais da historiografia para ir lançando as bases de um novo tipo de história político-intelectual atlântica, com os olhos postos numa história global” (p. 13).

Além disso, encontrar-se-ia também o texto de Fátima Sá e Melo Ferreira e João Feres Júnior, que igualmente responsáveis pela introdução do dossiê, demarcariam as principais questões ali discutidas, como a do período analisado ser “composto pelos cem anos que medeiam entre 1750 e 1850, um período ao longo do qual o processo de mudança social e política é, como se sabe, particularmente intenso dos dois lados do Atlântico, implicando as

invasões francesas da Península Ibérica, a Guerra Peninsular, a crise e desagregação do Império Luso-Brasileiro, a independência do Brasil e a implantação da monarquia constitucional em Portugal num cenário particularmente conflituoso” (p. 19-20). Assim resumida à proposta, naquela ocasião apareceriam textos sobre: *América-Americanos*, de João Feres Júnior e Maria Elisa Mäder; *Cidadão-Vizinho*, de Beatriz Cruz Santos e Bernardo Ferreira; *Constituição*, de Lúcia Bastos Pereira das Neves e Guilherme Pereira das Neves; *Federalismo*, de Ivo Coser; *História*, de João Paulo Pimenta e Valdei Lopes de Araujo; *Liberal-Liberalismo*, de Nuno Gonçalo Monteiro; *Nação*, de Sérgio Campos Matos; *Opinião Pública*, de Ana Cristina Araújo; *Povo-Povos*, de Fátima Sá e Melo Ferreira; e *República-Republicanos*, de Rui Ramos.

Na versão que seria publicada no Brasil no ano seguinte se constataria algumas poucas alterações, nos textos e de autores, a saber: *América/Americanos*, de João Feres Júnior e Maria Elisa Mäder; *Cidadão*, de Beatriz Cruz Santos e Bernardo Ferreira; *Constituição*, de Lúcia Bastos Pereira das Neves e Guilherme Pereira das Neves; *Federal/Federalismo*, de Ivo Coser; *História*, de João Paulo Pimenta e Valdei Lopes de Araujo; *Liberal/Liberalismo*, de Christian Edward Cyril Lynch; *Nação*, de Marco A. Pamplona; *Opinião Pública*, de Lúcia Bastos Pereira das Neves; *Povo/Povos*, de Luisa Rauter Pereira; e *República/Republicanos*, de Heloisa Maria Murgel Starling e Christian Edward Cyril Lynch. Tais mudanças, evidentemente, ocorreriam em função do enfoque se estender para o outro lado do Atlântico, isto é, se antes a ênfase havia sido dada mais sobre Portugal, agora ela se estaria em maior proporção sobre o Brasil. Ao refletir sobre alguns tópicos do projeto *Iberconcepts*, João Feres Júnior (2009, p. 11-24), além de pontuar certos aspectos dessa questão, também voltaria a ressaltar as ligações do projeto a história conceitual alemã, de Reinhart Koselleck, e ao contextualismo lingüístico da escola de Cambridge, de Quentin Skinner e John G. A. Pocock. Ligações teóricas e metodológicas, aliás, já refletidas em outra ocasião, quando Feres Júnior, junto com Marcelo Jasmin, apresentariam o livro *História dos conceitos: debates e perspectivas* (2006, p. 9-38). Certamente, que com essas preocupações já em mente, Feres Júnior daria continuidade ao estudo destes vínculos teóricos e metodológicos e indicaria o quão

promissores foram para a execução deste projeto. Como indica, “a combinação de ambas as metodologias em um só trabalho de pesquisa não se dá de maneira homogênea e sem esbarrar em alguns problemas de ordem prática e teórica” (2009, p. 14). Também por essa razão, esta obra “vem se somar a essa pequena mas crescente bibliografia, e contém talvez a primeira publicação na forma de léxico sobre história conceitual do Brasil” (p. 22).

Nos dez textos agrupados para o léxico, abordam-se os principais contornos e mudanças conceituais que ocorreram durante o período de 1750 a 1850, no qual a América Portuguesa se tornaria o Império do Brasil, ao ficar independente de Portugal. Feres Júnior e Elisa Mäder, ao discutirem as seis principais alterações conceituais de América/Americanos tocaram em alguns desses pontos, como uma das versões negativas da compreensão conceitual desses termos, que “parece ter sido de algum uso nas disputas entre portugueses e habitantes da colônia – principalmente após a mudança da Corte de Portugal para o Rio de Janeiro em 1808 – que perduraram até a consolidação da independência do Brasil” (p. 29). Além do mais:

A simultaneidade entre a fundação de uma nova nação e a adoção de uma nova forma de governo, que parece ter sido fundamental na experiência política hispano-americana, não se verificou no Brasil. A transformação da colônia em centro de fato do Império português, com a chegada de D. João VI em 1808, fez com que se alimentassem fortes desígnios de continuidade política, que conseguiram sufocar por muito tempo os projetos republicanos, federalistas e democráticos – esses frequentemente identificados com a América. Na verdade, o conceito de Brasil, de nação brasileira, parece ter absorvido em grande parte essa interpretação positiva do Novo Mundo, principalmente com o advento do romantismo, que se implanta com força a partir do Segundo Reinado (1840-1889). A imagem da nação brasileira moldada a partir daí se apresenta como um projeto civilizacional singular no Novo Mundo, que mistura elementos europeus, descartados no restante do continente, como a monarquia, com elementos nativos supostamente próprios (p. 38-39).

Com relação ao conceito de cidadão, e as suas alterações no período em questão, Beatriz Cruz Santos e Bernardo Pereira nos informam que “a associação entre cidadania, liberdade e propriedade [heranças diretas do período colonial] se torna a referência das

desigualdades que deveriam existir entre livres e proprietários (os cidadãos ativos), livres e não-proprietários (os cidadãos passivos) e não-livres e não-proprietários (os não-cidadãos)” (p. 59-60). No que diz respeito à(s) ideia(s) de constituição, Lúcia Bastos Pereira das Neves e Guilherme Pereira das Neves salientam que a história do conceito no “mundo luso-brasileiro evidencia, considerada em sua longa duração, de 1640 ou 1750 a 1850 ou pouco depois, é justamente a falta de” rupturas, ou mais precisamente, a “prevalência da heteronomia do universo tradicional sobre a autonomia do mundo moderno” (p. 81-2), que indicariam, sem dúvida alguma, maior número de ligações com a Europa e a ex-metrópole portuguesa, do que cortes drásticos, efetivos e permanentes expressos com a formação do Império do Brasil. Também sobre esse ponto, os textos de Ivo Coser sobre *Federal/Federalismo*, de Christian Edward Cyril Lynch sobre *Liberal/Liberalismo* e o de Heloisa Maria Murgel Starling e Christian Edward Cyril Lynch sobre *República/Republicanos*, igualmente nos oferecerão mais subsídios para vislumbrar que o processo de ruptura com a metrópole portuguesa, não se fez sem que existisse grande correspondência de continuidades, que suplantariam tentativas de alterações no regime político, em curto prazo. Ao descortinarem as mudanças sobre a compreensão e definição da *História* no Novo Mundo Luso-português, João Paulo Pimenta e Valdei Lopes de Araújo, indicam que corresponderiam, respectivamente, a um processo de *laicização das narrativas*, entre 1750 e 1807, na *formação das macronarrativas ilustradas*, entre 1808 e 1831, para *a nação como metanarrativa historiográfica*, entre 1831-1850.

Já os textos: *Nação*, de Marco A. Pamplona; *Opinião Pública*, de Lúcia Bastos Pereira das Neves; e *Povo/Povos*, de Luisa Rauter Pereira, que além de corresponderem a versões diferentes daquelas que apareceram no dossiê, acima comentado, também foram assinados por autores diferentes. Não sem razão, nos diz Marco Pamplona que o período abordado foi uma época “de profunda ressignificação do vocabulário político e das linguagens em uso”, por que, entre outras coisas, “os anos que se seguiram ao vintismo podem ser vistos como um período, acima de tudo, inventivo” (p. 174), no qual o Estado seria o principal protagonista para forjar a Nação. Ao tratar da opinião pública, Lúcia Bastos nos lembrará ainda que em função da “onipresença de cativos, a manutenção da mentalidade escravocrata e a persistência

de traços de uma sociedade do Antigo Regime retardaram a consolidação do processo” (p. 195), em torno do qual seria inaugurada, de fato, a opinião pública no país, apesar dos evidentes avanços que ocorreram durante esse período. De igual modo, ao se referir à questão, quando tratou do conceito de *Povo/Povos*, Luisa Rauter Pereira notaria que:

Nesse período de cem anos de história brasileira, assistimos ao surgimento do conceito de povo-cidadão, como o lugar da soberania política. Entretanto, os significados ligados ao Antigo Regime – o conjunto dos súditos, vassalos, e o terceiro estado – ainda se mostraram atuantes na linguagem política, ao mesmo tempo em que a distinção entre o povo legítimo e a plebe – ou canalha, patuleia, população – marcou todo o período. Tais elementos deram contornos e limites dos projetos de liberdade e igualdade e soberania popular, relegando a noção de um verdadeiro povo de cidadãos ao futuro. A unidade nacional – o conceito de povo-nação – foi então concebida pelas elites em torno da noção de unidade de cultura, geografia e raça, num vínculo menos com a vida política do que com a natureza física do país (p. 219).

Assim, rapidamente sintetizado os principais aspectos deste livro, pode-se facilmente notar a riqueza do empreendimento, ao demonstrarem as mudanças, rupturas e continuidades não apenas do léxico de conceitos aqui analisado, mas igualmente entre o Império do Brasil, que então se formava, e sua antiga metrópole, Portugal, que lá deixaria raízes profundas, cujos laços e estreitas ligações políticas e socioculturais, nem mesmo o tempo apagariam completamente dos corações e mentes do povo que ali brotou. Além disso, dá provas de como podem ser adequadamente utilizadas, em torno de um projeto comum, a história conceitual alemã e o contextualismo linguístico da escola de Cambridge, para efetuar um estudo minucioso dos conceitos do mundo ibero-americano, assim como suas alterações no tempo, e, com isso, propor “um novo tipo de história político-intelectual atlântica, com os olhos postos numa história global”.

Referências

FERREIRA, F. S. M.; FERES Jr., J. Introdução. In: **Ler História**, Lisboa, n. 55, 2008, p. 17-22.

KOSELLECK, R. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

_____. **Crítica e crise**: contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: Contraponto; Eduerj, 1999.

JASMIN, M. G.; FERES Jr., J. (org.) **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; IUPERJ; São Paulo: Editora Loyola, 2006.

_____. (org.) **História dos conceitos**: diálogos transatlânticos. São Paulo: Editora Loyola, 2007.

SEBASTIÁN, J. F. Algumas notas sobre História Conceptual e sobre a sua aplicação ao espaço Atlântico Ibero-Americano. In: **Ler História**, Lisboa, n. 55, 2008, p. 5-16.

Resenha recebida em 08 de julho de 2011. Aprovada em 20 de dezembro de 2013.